

“SEM A TERRA NÃO HÁ TERRITÓRIO”: KAINGANG DA ALDEIA GYRÓ, EM PELOTAS/RS

LUIZA MORAIS MARQUES¹

LORI ALTMANN²

¹*Universidade Federal de Pelotas – luiizamarquess@gmail.com*

² *Universidade Federal de Pelotas – lori.altmann@yahoo.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, tem por objetivo contextualizar a trajetória do povo Kaingang em Pelotas e o significado de terra e território para os povos indígenas. O estudo faz parte do processo de acompanhamento do povo Kaingang e sua instalação na terra localizada na Colônia Maciel, denominada Aldeia Gyró.

Este trabalho está relacionado a área de Etnologia Ameríndia e toma como base pesquisadores/as que realizaram pesquisas com o povo kaingang ou outros povos indígenas. Tem como propósito relatar o significado e a importância que a terra, no amplo sentido que território possui para os povos indígenas, indo muito além de um espaço geográfico. A terra é entendida como lugar de pertencimento, como um território amplo de referência cosmológica, histórica e cultural. Os povos indígenas possuem uma conexão muito forte com a terra relacionada a uma cosmovisão própria, que vai além de uma primeira percepção de produção de artesanato, habitação e produção de alimentos. Segundo Paul Little o "elemento fundamental dos territórios sociais é encontrado nos vínculos sociais, simbólicos e rituais que os diversos grupos sociais diferenciados mantêm com seus respectivos ambientes biofísicos" (2002, p. 263)

Precisamos fazer distinção entre as noções de terra e de território, para isso trago uma citação de Dominique T. Gallois: "Terra indígena" diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de "território" à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial (2004, p. 39). Nesse sentido, a terra tem um caráter indispensável para os povos indígenas, pois sem a terra não há território e sem território não há fortalecimento da cultura tradicional.

A trajetória deste coletivo kaingang aponta para uma resistência e uma expectativa de reconhecimento e de pertencimento a um território que historicamente era ocupado pelos seus antepassados e que lhe foi usurpado. Após a chegada dos colonizadores não indígenas, seu território foi ocupado e suas riquezas naturais devastadas. Muitos povos indígenas sucumbiram nesse processo e outros resistem até hoje, carregando lembranças de um processo histórico em que foram humilhados e dizimados. Atualmente vivem em situações de extrema vulnerabilidade, escassez das riquezas naturais e existindo numa clandestinidade cultural (SOUZA FILHO, 2012).

Ana Catarina Zema de Resende, ao desenvolver a questão da importância da terra e da autonomia territorial afirma que "para os povos indígenas, a terra e seus recursos têm importância vital, não podendo eles garantir seu direito a

diferença cultural e nem alcançarem um desenvolvimento próprio se não tiverem o controle de seu território ou autonomia territorial" (RESENDE, 2014, p. 8)

Assim, quando fazemos o recorte da historicidade do município de Pelotas, nome cunhado a partir de uma narrativa de charqueadores, coronéis, barões e baronesas e das arquiteturas inspiradas nos casarões europeus. O nome Pelotas provém das embarcações forradas de couro, utilizadas para o transporte fluvial com a mão de obra escravizada. A economia da cidade provinha do charque com utilização da força de trabalho de escravos. A cidade se orgulha de seus casarões, que simbolizam um período de prosperidade econômica, narrada pela história e lembrada na Semana do Patrimônio, mas esquece das mãos, que os construiram.

No final de novembro de 2015 chegam a Pelotas 16 famílias da etnia Kaingang, vindos da Aldeia do Kondá, município de Chapecó, estado de Santa Catarina e instalaram-se em frente à rodoviária. À beira de uma estrada com grande fluxo de carros e de um rio poluído, encontravam-se em uma situação de extrema vulnerabilidade social. Logo em seguida membros da sociedade civil e entidades, que tomaram conhecimento da condição dos indígenas que ali estavam alocados, aproximaram-se e providenciaram alimentos, roupas, lonas e utensílios.

Em fevereiro de 2016, realizou-se a primeira audiência pública na Câmara de Vereadores para tratar da permanência dos Kaingang na cidade. Ao ser demandada a prefeitura deu início à implementação da garantia de alguns direitos como a matrícula das crianças nas escolas próximas ao acampamento, cuidados básicos de saúde e atendimento às gestantes.

No mês de abril do ano de 2016 foram iniciadas demandas da comunidade kaingang por terras junto a Prefeitura de Pelotas para encontrar um local favorável, onde pudesse produzir artesanatos, realizar plantações e construir habitações. Sendo oferecido para aos Kaingang a opção de uma área de 7,5 hectares na zona rural da cidade, sendo esta declarada de Interesse Cultural.

A Universidade Católica de Pelotas desenvolveu dois projetos para 2017, no intuito de acompanhar a chegada das famílias kaingang: Habitat Social ligado ao curso de Arquitetura e Urbanismo, que tinha por objetivo promover a construção de casas em conjunto com a comunidade indígena e o Sustentabilidade Kaingang, Políticas Sociais e Direitos Humanos, vinculado aos cursos de Serviço Social e Direito, que objetivava assegurar à garantia de direitos e a eficácia dos direitos humanos e a livre determinação.

Em 2017, em conversas com o então Vice Cacique da Aldeia Gyró, ele narrou que: "os sonhos me trouxeram até aqui". Ele disse ainda que "se a gente tem terra para morar, a gente tem tudo". Sua narrativa expressou a importância do sonho para a mobilidade e a tomada de decisões dos Kaingang. Expressa ainda uma noção muito ampla de território, que se reporta aos tempos antigos, anteriores a chegada dos colonizadores. Concluo com uma citação de texto de Kimiye Tommasino e Ledson Kurtz de Almeida, em seu artigo:

"Territórios e territorialidades Kaingang: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a conquista", onde escrevem: "...o movimento de territorialização kaingang sobrepõe-se às territorialidades da sociedade capitalista fundada na propriedade privada" (2014:18). Talvez por esse motivo o estranhamento de nossa sociedade em relação uma concepção de território tão distinta da sua.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada no acompanhamento deste coletivo Kaingang da

Aldeia Gyró, foi através de rodas de conversas, durante o período de 2016 a 2019, priorizando sempre a escuta sensível (BARBIER, 1998). Para a escrita deste trabalho revisitei meu diário de campo, fruto de observação participante (DA MATTA, 1984: 143), do qual trago trechos de diálogos onde saliento a importância do território para a etnia Kaingang.

Na pesquisa bibliográfica recorri a diferentes autores e autoras, que tratam da questão da terra, território e territorialidade e apoieei-me em fontes documentais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O principal resultado foi a cessão da terra para a instalação da aldeia. Entretanto, a quantidade, a qualidade da terra e a topografia do terreno são considerados insuficientes para a sobrevivência digna das 16 famílias. Entrementes, foram apoiadas viagens a sua terra indígena de origem em Santa Catarina para buscar matéria prima para artesanato e suporte para a venda de artesanato no centro da cidade. A assessoria continuou acompanhando lideranças em visitas para contatos e para mapeamentos na busca de novos e mais adequados espaços, para a continuidade do modo de ser kaingang.

Um dos resultados desta pesquisa foi a defesa de meu trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas – UCPel, com o título: “Tecendo reflexões sobre território: uma análise sobre o direito originário indígena”. Muitos registros foram tomados nesta caminhada conjunta e desta forma pretendo continuar esta pesquisa em curso de pós-graduação, com enfoque a partir da Etnologia Ameríndia.

4. CONCLUSÕES

O trabalho demonstrou que a fala do cacique no dia da inauguração da nova aldeia anuncia corretamente que a luta por terra teria que continuar, pois o território conquistado junto ao governo municipal é pequeno e inadequado para o grupo conseguir viver conforme suas tradições e visão de mundo em condições de autonomia.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

BARBIER, Rene. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim (coord.) **Multireferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998.

DA MATTA, Roberto. Trabalho de Campo. In: **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Mares de. **O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito**. Curitiba: Juruá, 2012.

Artigo

GALLOIS, Dominique T.. Terras ocupadas? Território? Territorialidades? In: RICARDO, Fany (org). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza - O desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental / ISA, 2004 (pp. 37-41).

LITTLE, Paul E.. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: por uma antropologia de territorialidade. Série Antropológica, n. 322, UnB, Brasília/DF, 2002.

TOMMASINO, Kimiye e ALMEIDA, Ledson Kurtz de. Territórios e territorialidades Kaingang: a reinvenção dos espaços e das formas de sobrevivência após a Conquista. Dossiê – estudos sobre as sociedades jê (kaingang e xokleng) no sul do Brasil. **Mediações**, Londrina, v. 19 n. 2, p. 18-42, jul./dez. 2014.

Tese/Dissertação/Monografia

RESENDE, Ana Catarina Zema de. **Direitos e autonomia indígena no Brasil (1960-2010)**: uma análise histórica à luz da teoria do sistema-mundo e do pensamento decolonial. 2014. Tese - Universidade de Brasília, 2014.